

A NOTÍCIA

IPVA

Negocie seus débitos com descontos especiais até o dia 29 de outubro



AMADORISMO

Parlamentar esquece que propostas de vereador não devem gerar gastos ao Executivo

Teca Nelma cobra hospital veterinário após crítica do diretor do A Notícia



Se ela quer algo concreto, por que não aciona o Judiciário alagoano para que a Prefeitura seja obrigada a colocar a castração de animais em prática? Existem ações mais efetivas do que apenas falar



MAIS TRABALHO, MENOS PAPO

"Discurso de vereadora é vago", diz Seninha

INQUERITO

Empresa denunciou o caso ao MPE; Pedro Vieira será investigado

Secretário municipal é acusado de "travar" alvará de construtora

BRASÍLIA



Arthur Lira age por interesse próprio e o governo está naufragando, diz senador

"UMA SÓ VOZ"



Plenário do STF vai julgar suspensão de ações decorrentes do Plano Collor I

VITÓRIA DE RENAN



CPI quebra sigilos de Ricardo Barros e de disseminadores de fake news

CPI DA COVID



Senador Renan Calheiros sobre Maximiano: 'Silêncio dos mafiosos'

PANDEMIA



Governador Renan Filho renova medidas contra a covid-19 por mais sete dias



KÁTIA I

A ex-prefeita de Maceió Kátia Born prestou serviços à Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal) durante o período eleitoral do ano passado. O valor do contrato: R\$ 30 mil. Na última eleição, ela tentou uma vaga na Câmara dos Vereadores de Maceió pelo PDT. Antes, Kátia Born atuou como secretária municipal de Saúde em Palmeira dos Índios, que deixou os trabalhos para se dedicar novamente à política. A contratação foi por meio da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão em Alagoas (Fepesa).

KÁTIA II

Segundo a documentação obtida pelo A Notícia, Kátia foi contratada para o gerenciamento e operacionalização de serviços de saúde no Centro de Diagnóstico de Imagem "Professor Alberto Cardoso", que assegura assistência aos usuários do Serviço Único de Saúde (SUS). No entanto, uma cláusula deixa dúvida sobre a real necessidade da contratação da ex-prefeita. Conforme contrato, o contratante (Fepesa) pode colocar à disposição da contratada, mediante cessão especial, servidores públicos estaduais do seu quadro de pessoal permanente. Ou seja, o cargo poderia ser preenchido por algum concursado, sem necessidade de contratação externa.

LIRA NA MIRA

A enxurrada de fake news distribuída em grupos de mensagens como convocação para os atos a favor de Jair Bolsonaro no dia 7 de setembro tem um novo alvo. Além de criticar o Supremo Tribunal Federal e o Senado, bolsonaristas passaram a disparar nos últimos dias ataques ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o principal aliado de Bolsonaro no Congresso. Como de costume, a ofensiva é baseada em informação falsa. "Bomba!!! Lira fraudou a votação. Brasília vai explodir!!!", diz uma das mensagens, referindo-se à sessão da Câmara que descartou a PEC do voto impresso. O texto não tem nenhuma sustentação na realidade. Além das mentiras, o extremismo é outra marca das mensagens de convocação para a manifestação do dia 7. Em alguns vídeos, homens que se apresentam como caminhoneiros dizem que vão fechar as estradas federais como protesto até a saída dos ministros do Supremo. (UOL)

COVID

O Ministério Público Federal (MPF) em Alagoas, por meio do Grupo de Trabalho que acompanha o enfrentamento à Covid-19 no estado, expediu recomendação ao Ministério da Saúde (MS) para que adote providências para a entrega das quatro unidades de freezers com capacidade de 500 a 600 litros/Distribuição e duas unidades de freezers com capacidade de 700 a 800 litros/Distribuição para o Estado de Alagoas. Em razão da urgência que a situação requer, foi fixado o prazo de 48 horas úteis, a contar do recebimento, para que o MS manifeste-se quanto ao atendimento da recomendação, indicando as medidas que tenham sido ou que serão adotadas. A Recomendação n.º 3/2021 foi expedida no âmbito do procedimento preparatório n.º 1.11.000.001451/2020-87, instaurado para apurar notícia de atraso inexplicado pelo Ministério da Saúde na distribuição de ultrafreezers destinados ao armazenamento de vacinas contra COVID-19 que utilizam a plataforma de RNA mensageiro (nomeadamente a COMIR-NATY, desenvolvida pela Pfizer/BioNTech).

ANÁLISE

Jair Bolsonaro está ficando cercado: suas diatribes surtem cada vez menos efeito, e todo dia surge uma nova má notícia. O TSE cortou a fonte de recursos de seus propagandistas digitais, seu ministro da Justiça está sob investigação, Roberto Jefferson está na cadeia, e fala-se até na prisão do filho Carlos. O desfile de tanques e o exercício da Marinha viraram motivos de chacota na internet. O voto impresso caiu. O cantor Sérgio Reis, que convocou para o golpe, foi desautorizado pelos aliados e é alvo de uma representação de 29 subprocuradores-gerais e de uma investigação pela Polícia Federal.

Mais trabalho



EDITORIAL

"Cachorro que late não morde", expressão que subentende que alguém que fala muito, pouco ou nada fará. É dessa maneira que muitos políticos agem: apenas gostam de discursar. Agora, trabalhar é outra coisa.

É a velha prática de mentir para conseguir um cargo na política. E essa velha estratégia também está emaranhada nos discursos dos novos políticos, aqueles que se vendem como a solução de problemas. Na política alagoana tem vários.

Geralmente, esses são filhos de pessoas que estão há anos no poder. Aparecem apontando uma fórmula mágica de como fazer as coisas darem certo. "Sangue novo, sangue jovem". A herança familiar na política influi nos resultados eleitorais ainda hoje é resultado de simbiose que envolve cultura do favor, marketing político e poder econômico.



LAURENTINO VEIGA

ARTIGO

Lendo & Comentando

Nas minhas andanças profissionais no Cesmac no hinterland alagoano, lecionei Economia no curso de Informática na próspera Arapiraca. Lá, conheci o líder empresarial no ramo das Indústrias de Calçados (Sandálias in nature 725): Antônio Bandeira – que, à época, lançou seu majestoso livro Liderança E Motivação, 153 páginas recheadas de lições e dicas valiosas. Pedindo-me que o prefaciasse. E o fiz com muito prazer dada a amizade que ficou sedimentada ao longo de dos caminhos percorridos por ambos.

Ei-lo falando de sua própria obra como profissional: "O trabalho destina-se às pessoas que ocupam ou pretendem ocupar a posição de líder, seja de uma empresa própria, seja de uma empresa onde trabalha ou pretende trabalhar, ou ainda do ambiente familiar ou de qualquer outro local do seu convívio, e que tenham necessidade de melhorar o relacionamento interpessoal".

A bem da verdade, observa-se que seu tirocinio empresarial, deu-

"Se não tiver coragem de morder, não rosne!"

A força da herança familiar persistindo nos processos eleitorais provoca discussão sobre o caráter e os limites da democracia brasileira. Devemos eleger parentes de políticos? É uma boa saída? Ou será que tudo isso não resulta na política de troca de favores, que acaba por se natu-

ralizar e ser assumida como processo inerente à nossa sociedade?

Bem, já que os filhos e netos de políticos estão aí em cargos públicos, agora, é cobrar deles mais trabalho e menos amadourismo. Eles não devem se apoiar em feitos familiares. É a vez deles traçarem a própria história.

lhe cabedal técnico à altura de oferecer lições de vida, e, ao mesmo tempo, apresenta soluções a fim de ajudar aos consulentes no manuseio quer da leitura do Guia Empresarial, quer nas múltiplas atividades desenvolvidas no cotidiano dos pretensos gestores.

Nesse sentido, define metas a serem alcançadas; ensina a delegar competências; dá prioridades a tarefas a serem executadas; destaca o papel da autoavaliação; ressalta a personalidade do líder, incentivando-o a participar dos negócios, e, a respeitar os outros no âmbito das tarefas do dia a dia. Trata-se de uma obra didática e, por isso, escrita em capítulos para facilitar a compreensão dos assuntos ventilados. Tenciona a incentivar os futuros administradores nas mais variadas atribuições humanas.

Por outro lado, o escritor/empresário destaca a importância das palavras e, por conseguinte, mostra o caminho certo para se obter eficácia na liderança na otimização do lu-

cro. Faz valer sua experiência como agente transformador de ideias, de motivador de ações, de empreendedor convicto, que seu trabalho ajudará àqueles profissionais. Enfatizando a Ética e, prioriza o que mais deveria incentivar o empresário moderno na expansão capitalista, ou seja, a ser sobretudo um agregador.

Na qualidade de sócio honorário da ACALA – Academia de Letras e Artes de Arapiraca, sugiro à presidente daquele sodalício a convidá-lo a integrar seus quadros. Contudo, obedecendo aos ditames acadêmicos. E, por extensão, sugiro a classe empresarial a convidá-lo a explicar sua obra de grande importância às gerações novas da Terra de Manoel André.

"Algumas pessoas sentem-se sufocadas quando convivem com outras mais talentosas que elas. Isso dá-se apenas porque elas ainda não descobriram que todas as pessoas têm talentos". E algumas, como você, reúnem vários talentos naquilo que escolheram exercer.

EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor Geral
artsenna10@gmail.com

Lourdes Lucena
Diretora Administrativa
lourdeslucenasantos@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
art_sena@hotmail.com



WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

O jornal A Notícia é uma publicação semanal - Endereço para correspondência:
Av. Menino Marcelo, nº 140, Condomínio Park Shopping, Bloco 01,
Apto 101, Cidade Universitária, Maceió-AL — CEP 57073-470
CNPJ: 27.649.153/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

IPVA

Programa de Recuperação Fiscal reduz 10% do valor do imposto e 100% do valor da multa e dos juros

Negocie seus débitos com descontos especiais até o dia 29 de outubro

O Programa de Recuperação Fiscal (Profis) para extinção de créditos tributários do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) já é um sucesso. Após 15 dias de seu início, já foram pagos 1.465 débitos e arrecadado R\$ 634.442,84.

Os interessados podem efetuar o pagamento em prestação única, com redução de 10% do valor do imposto e de 100% do valor da multa e dos juros. O período de adesão segue disponível até o dia 29 de outubro.

O Programa engloba dívidas de IPVA relativas a fatos geradores ocorridos entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2020. Para ter acesso às condições especiais de regularização do imposto, basta acessar o site da Sefaz e clicar no banner “Redução de débitos do IPVA 2016 – 2020”.



É possível dividir o débito em seis parcelas, mas sem o desconto. Vale frisar que é necessária a regularização do imposto para licenciar o veículo dentro do prazo anual e que a redução em escala varia de 27,6% a 45,7% do valor total

devido, a depender do final de placa do veículo e do ano do débito.

Uma cartilha foi produzida pela Sefaz para facilitar a regularização das pendências do IPVA. O documento está disponível no site

da Fazenda pública, na aba “Cartilhas”. O material contém o passo a passo necessário de como realizar a adesão em cota única ou de forma parcelada.

Dúvidas também podem ser respondidas pela Chefia do IPVA,

por meio dos telefones: (82) 3315-3331 / 98883-7551. Qualquer problema no sistema que impossibilite a adesão deve ser relatado à Ouvidoria da Sefaz, enviando um e-mail para ouvidoriasefaz@sefaz.al.gov.br.

PANDEMIA

Estado segue na Fase Amarela do Plano de Distanciamento Social Controlado

Governador renova medidas contra a covid-19 por mais sete dias

O Governo de Alagoas renovou o decreto emergencial de enfrentamento ao novo coronavírus por mais sete dias. O anúncio foi feito pelo governador Renan Filho, na noite de quinta-feira (19), por meio das redes sociais. Sem novas flexibilizações, as medidas e restrições determinadas no documento anterior continuam em vigor. Com isso, todo o estado segue na Fase Amarela do Plano de Distanciamento Social Controlado.

"Prorroguei por mais sete dias a fase amarela do Plano de Distanciamento Social. Alagoas segue avançando na vacinação, reduzindo a ocupação de leitos de UTI e mortes por Covid-19, mas seguiremos atentos à doença e ao comportamento da variante Delta", garantiu Renan Filho.

Os principais indicadores da Covid-19 se mantêm em tendência de queda – tanto na transmissão

quanto na taxa de óbitos –, mas a pandemia ainda não acabou. E com a ameaça de propagação da nova variante Delta, as orientações para os alagoanos continuam as mesmas: evitar aglomerações, respeitar os protocolos de distanciamento social, utilizar de máscara ao sair de casa e higienizar as mãos frequentemente com água e sabão ou álcool a 70%.

A seguir, reveja as medidas prorrogadas pelo novo decreto:

- Lojas, galerias, centros comerciais, shopping centers, academias, clubes e centros de ginásticas permanecem com funcionamento em horário regular.

- Bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres seguem com horário entre 5h e 0h. Depois deste horário, será permitido apenas

o atendimento por meio dos serviços de entrega, inclusive por aplicativo, e na modalidade “pegue e leve”, sendo expressamente proibido o consumo local, tanto de bebidas quanto de alimentos.

- Teatros, museus, parques temáticos, circos e cinemas podem funcionar com 50% de ocupação.

- Templos, igrejas e demais instituições religiosas autorizados com 50% da capacidade.

- Academias, clubes e centros de ginásticas seguem de portas abertas em horário regular, mas 50% de capacidade, sendo permitidas aulas coletivas com, no máximo, 25 pessoas por turma.

- Transporte intermunicipal de passageiros e turístico continua a operar com 75% de capacidade.



BRASÍLIA

Para Alessandro Vieira, a CPI poderá apresentar uma notícia-crime ao STF

Arthur Lira age por interesse próprio e o governo está naufragando, diz senador

Líder da oposição, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) afirmou que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), "age por interesse próprio" ao ponderar que a CPI da Covid precisará encontrar "caminhos alternativos" para responsabilizar o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) pela forma como o mandatário conduziu o país durante a pandemia de coronavírus.

Ao UOL, o parlamentar falou sobre o texto-base da Comissão Parlamentar de Inquérito elaborado pelo gabinete do relator do colegiado, senador Renan Calheiros (MDB-AL), que já possui mais de mil páginas prontas, e se mostrou incrédulo quanto à tomada de decisões a partir do relatório tanto por Lira quanto pelo Procurador-Geral da República, Augusto Aras.

Para Alessandro Vieira, a CPI poderá buscar caminhos alternativos, como a apresentação de uma notícia-crime ao STF (Supremo Tribunal Federal). "Na parte política, depende da pressão da sociedade, de uma compreensão por parte do centrão, materializado na figura de [Arthur] Lira, de que esse



governo está naufragando, e não gera mais expectativa de continuidade no poder", declarou.

"A gente não pode ser inocente de achar que Lira e figuras como ele vão fazer alguma coisa em benefício do Brasil", completou o político. O texto-base do relatório da CPI da Covid, elaborado pelo

gabinete do relator do colegiado, senador Renan Calheiros (MDB-AL), já possui mais de mil páginas e pode crescer, a depender dos fatos e dados a serem obtidos pela CPI.

Os capítulos do documento estão divididos por fatos e depoimentos coletados ao longo dos trabalhos. O resumo da atuação do



colegiado possui mais de 400 páginas. O grosso do material está nos anexos, que incluem documentos e os principais pontos de destaque dos depoimentos.

O documento também irá sugerir a continuidade da investigação pelo Ministério Público da União por meio de inquéritos espe-

cíficos para cada assunto trazido em destaque. Segundo Renan, o relatório completo deverá ser fechado no próximo mês. "Vamos trabalhar para tentar apresentar o parecer final na segunda quinzena de setembro. Eu não sei se conseguiremos, mas eu vou efetivamente me dedicar a isso", disse o relator

"UMA SÓ VOZ"

A remessa visa à unificação do entendimento da matéria

Plenário do STF vai julgar suspensão de ações decorrentes do Plano Collor I

Por unanimidade, a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu remeter ao Plenário da Corte o julgamento de embargos de declaração apresentados pelo Itaú Unibanco S/A em uma reclamação que trata da suspensão de ações decorrentes do Plano Collor I. A remessa dos autos foi sugerida, na sessão desta terça-feira (17/8), pelo relator, ministro Alexandre de Moraes.

Segundo ele, o Supremo havia determinado a suspensão de ações sobre a matéria pelo prazo de 24 meses. Com o término desse prazo, vários processos chegaram à Corte solicitando a continuidade das ações

sobrestadas em diversas instâncias da Justiça — no caso dos autos, o Colégio Recursal Central da Capital em São Paulo.

Na decisão monocrática questionada nos embargos de declaração, o ministro admitia a possibilidade da retomada do trâmite do processo. Contudo, ele assinalou que há decisões conflitantes na Corte, especialmente em relação à prorrogação do prazo de suspensão.

De acordo com o relator, afetar a matéria ao Plenário é importante para, "numa única voz, definir se continua ou não essa suspensão e por quanto tempo".



AMADORISMO

Parlamentar esquece que propostas de vereador não devem gerar gastos ao Executivo

Teca Nelma cobra hospital veterinário após crítica do diretor do A Notícia

A luta pela causa animal virou discurso político, mas nem sempre esses “militantes” realmente atuam pelos bichos. Pelo

que parece esse é o caso da vereadora de Maceió Teca Nelma. Formada em Relações Internacionais, a parlamentar se

define como uma lutadora “pelas pessoas com deficiência, mulheres, minorias e os animais”. Até o momento, nesses oito meses de

vereança, Teca Nelma conseguiu passar na Câmara a alteração do regimento interno, que apenas alterou o nome da Comissão do

Meio Ambiente, que agora se chama “Comissão de Defesa do Meio Ambiente e dos Direitos e Defesa dos Animais”.



Vereadora de Maceió Teca Nelma

Se ela quer algo concreto, por que não aciona o Judiciário alagoano para que a Prefeitura seja obrigada a colocar a castração de animais em prática? Existem ações mais efetivas do que apenas falar



Diretor do A Notícia, Wellington Sena

MAIS TRABALHO, MENOS PAPO

Para diretor do A Notícia, Teca Nelma só sabe falar

"Discurso de vereadora é vago", diz Seninha

Esse foi o único feito realizado em prol dos bichos. Nesta semana, após crítica do A Notícia, edição da semana passada, Teca Nelma usou o plenário para fazer cobranças à Prefeitura de Maceió. E o discurso virou pauta encaminhada à imprensa. “A vereadora Teca Nelma cobrou da prefeitura a urgência na criação de um Hospital Público Veterinário para atender os animais abandonados e vítimas de maus tratos em Maceió. A cobrança foi feita em plenário, durante a sessão ordinária da Câmara Municipal”, diz o texto.

Que acrescentou: “Sou uma defensora dos direitos dos animais e da saúde única. Recebo diariamente dezenas de pedidos de ajuda para animais doentes e até mesmo com zoonoses, prejudiciais à saúde humana. O Hospital Público Veterinário é um pleito urgente e prioritário dos maceioenses”, disse a vereadora.

Teca Nelma reforçou que visitou o Hospital Veterinário de Viçosa, a convite do reitor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Josealdo Tonholo. “Vi o quão grandioso é o trabalho realizado em Viçosa e penso por quê Maceió não tem algo semelhante. Enquanto vereadora não posso fazer um projeto de lei que obrigue a prefeitura a criar esse Hospital, mas posso cobrar. Maceió não tem uma política pública efetiva para esses animais e, enquanto isso, o número de abandonos e de violência só cresce”.

O discurso foi só discurso. Uma vez que o vereador não pode propor leis à cidade que criem despesas ao Executivo do Município. Na matéria veiculada, outra imposição. “A vereadora aproveitou para cobrar também, mais uma vez, o funcionamento do Castramóvel de Maceió, que ainda não foi para as

ruas desde que foi adquirido. “É um problema crônico, cobrado à prefeitura incontáveis vezes, mas que infelizmente não se resolve. Temos um Castramóvel que segue sem funcionar por falta de verba para compra dos insumos. Até quando?”. No entanto, outro fato que poderia gerar gastos à Prefeitura.

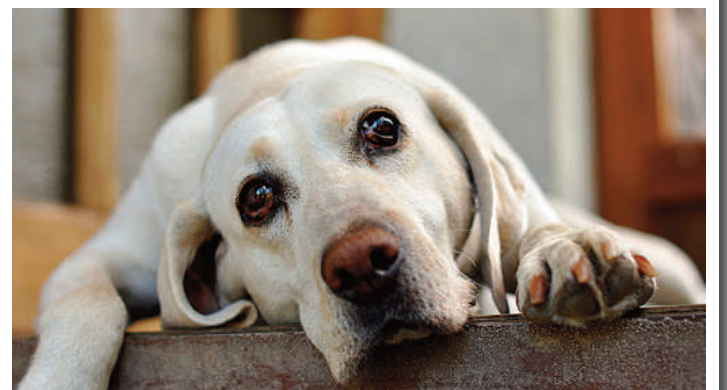
Segundo o diretor do A Notícia, Wellington Sena, a vereadora tem que sondar, primeiramente, se o Executivo tem profissional o suficiente para trabalhar nos castramóveis. “Nem sabe se tem profissionais concursados. Cobrança por cobrança qualquer um pode fazer. Ela tenta, mas não avança”.

“Se ela quer algo concreto, por que não aciona o Judiciário alagoano para que a Prefeitura seja obrigada a colocar a castração de animais em prática? Existem ações mais efetivas do que apenas falar”, declarou Sena.

PROJETOS DE LEI APROVADOS NA CÂMARA	Data Protocolo	Nº PROCESSO	Nº
PRIORIDADE DA VACINAÇÃO AS PCD	22/01/2021	01220020/2021	007/2021
ALTERA ART. 055 DO REGIMENTO - VAGAS	12/02/2021	02120006/2021	
ALTERA ART. 055 E 77 DO REGIMENTO - CAUSA ANIMAL	19/02/2021	02190011/2021	002/2021
TRANSPARÊNCIA NO VACINÔMETRO	31/03/2021	03310026/2021	087/2021
SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O TEA	07/04/2021	04070010/2021	091/2021
AMPLIAÇÃO DA VALIDADE DE LAUDO*	30/03/2021	03300021/2021	086/2021
VAGAS DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOAS COM TEA	14/04/2021	04140009/2021	110/2021
PRIORIDADE LACTANTES COVID	24/05/2021	5240029/2021	172/2021
UTILIDADE PÚBLICA PATA AMADA	26/04/2021	04260018/2021	119/2021

*Sancionado pelo prefeito

"Nem sabe se tem profissionais concursados. Cobrança por cobrança qualquer um pode fazer. Ela tenta, mas não avança"



CPI DA COVID

CPI tentou ouvir 'o capo da quadrilha que pretendia assaltar os cofres públicos

Senador Renan Calheiros sobre Maximiano: 'Silêncio dos mafiosos'

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID, senador Renan Calheiros (MDB-AL), falou que o silêncio do sócio-proprietário da Precisa Medicamentos, Francisco Maximiano, e dos envolvidos no esquema da Covaxin são equivalentes ao “silêncio dos mafiosos”.

De acordo com o relator, a CPI tentou ouvir “o capo da quadrilha que pretendia assaltar os cofres públicos” em R\$ 1,6 bilhão na Covaxin. “Novamente o silêncio dos mafiosos. O contrato foi cancelado após as revelações da CPI mas não dependemos só de depoimentos para encontrar os responsáveis. Documentos falam alto”, escreveu em uma rede social.

A maioria dos envolvidos no caso usou o direito de silêncio dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A CPI ouve nesta quinta-feira (19/8) o depoimento mais esperado sobre o caso Covaxin, Francisco Maximiano.

A Precisa Medicamentos representa o laboratório indiano Bharat Biotech no Brasil, fabricante da Covaxin, e estaria envolvida em irregularidades no processo de compras do imunizante pelo Ministério da Saúde. O servidor da pasta Luis Ricardo Miranda, irmão do deputado federal Luis Miranda (DEM-DF), denunciou que estava sendo pressionado para acelerar a compra. Em depoimento à CPI, eles disseram ter avisado ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sobre a suspeita de corrupção e fraude na contratação.

A Covaxin estava sendo negociada ao preço de US\$ 15 a dose e o contrato previa a aquisição de 20 milhões de doses, num total aproximado de R\$ 1,6 bilhão, na conversão da época. Depois que as denúncias de irregularidades vieram à tona na comissão, o contrato foi cancelado pelo Ministério da Saúde e a Bharat Biotech rom-



peu com a Precisa, em julho.

A Precisa Medicamentos é sócia de outra empresa, a Global Saúde, acusada de não ter cum-

prido contrato fechado com o Ministério da Saúde para fornecer remédios de alto custo. O negócio foi feito no fim de 2017, quando a

pasta era chefiada pelo deputado federal Ricardo Barros (PP-PR), atual líder do governo Bolsonaro na Câmara.

VITÓRIA DE RENAN

A comissão também aprovou a convocação dos diretores do FIB Bank Garantias

CPI quebra sigilos de Ricardo Barros e de disseminadores de fake news

A CPI da Pandemia aprovou na quinta-feira (19) a quebra de sigilo fiscal e financeiro de responsáveis por sites que teriam disseminado fake news durante a pandemia. A comissão aprovou um total de 187 requerimentos propostos pelo relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL).

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) deve transferir dados sobre pessoas ligadas a empresas de comunicação que seriam disseminadoras de notícias falsas. Estão na lista os responsáveis pelos sites Instituto Força Brasil, Renova Mídia, Terça Livre, Jornal da Cidade Online, Conexão Política, Crítica Nacional, Senso Incomum, além de uma série de perfis em redes sociais.

O senador Eduardo Girão (Podemos-CE) apresentou um pedido de destaque para que esses

requerimentos fossem votados em separado. Os pedidos foram aprovados por seis votos a favor e quatro contra. Os senadores aprovaram ainda um pedido para que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, relator do inquérito sobre fake news, compartilhe relatórios sobre casos de desinformação.

A comissão também aprovou a convocação dos diretores do FIB Bank Garantias. A instituição entrou na mira da CPI após o depoimento do advogado da Precisa Medicamentos, Túlio Silveira. Como intermediadora do contrato para aquisição da vacina indiana Covaxin com o Ministério da Saúde, a Precisa usou o banco para oferecer uma “carta de fiança” à pasta. Os integrantes da Comissão querem ouvir os diretores da instituição, Roberto

Pereira Ramos Júnior e Luiz Henrique Lourenço Formiga, para esclarecer possíveis irregularidades no processo.

Dos 187 requerimentos, 120 são pedidos de quebra de sigilo e solicitam relatórios de inteligência ao Coaf. Entre eles, estão pedidos referentes às organizações sociais, supostamente envolvidas em esquemas de corrupção no Rio de Janeiro. Os senadores aprovaram ainda a quebra de sigilo de pessoas ligadas a Francisco Maximiano, dono da Precisa Medicamentos. Ele é investigado pela comissão por suspeitas de irregularidades no contrato do Ministério da Saúde para aquisição da vacina indiana Covaxin.

Podem ter quebrados seus sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático Márcio Luis Almeida dos Anjos e a Global Gestão em



Saúde. A CPI também aprovou a transferência de dados fiscais de Frederick Wassef, Danilo Berndt Trento, Danilo Cesar Fiore, Gustavo Alexandre Gaspar de Oliveira, João Vitor Maximiano, José Carlos da Silva Paludeto, Marcelo Bento Pires e Thais Amaral Moura. Os senadores tam-

bém aprovaram a quebra de sigilos de dados do deputado Ricardo Barros (PP-PR) mantidos pela Receita Federal. Líder do governo na Câmara, o parlamentar passou a ser considerado investigado pela CPI por um suposto esquema de corrupção na compra da vacina Covaxin.

INQUERITO

Empresa denunciou o caso ao MPE; Pedro Vieira será investigado

Secretário municipal é acusado de "travar" alvará de construtora

O Ministério Público do Estado (MPE) instaurou procedimento preparatório de inquérito para investigar o secretário municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Sedet), Pedro Vieira. A portaria foi publicada no último dia 28. De acordo com a denúncia da Prime Construções e Incorporações, a empresa protocolizou perante a pasta municipal processo administrativo tendo como objeto o pedido de Alvará de Aprovação de Projeto do empreendimento imobiliário a ser denominado "KAA Residencial".

Ainda conforme documentação, o empreendimento a ser denominado "KAA Residencial" já possui Autorização Ambiental Prévia, emitida sob o n.º 063/2020, nos termos do processo administrativo n.º 3100.072528/2020, o qual tramitou na própria Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Sedet.

"Desde o protocolo inicial do processo administrativo visando a obtenção do Alvará de Construção do empreendimento, o mesmo vinha seguindo a sua tramitação normal até o momento em que, já

na nova gestão da Sedet, diversos fatos passaram a ocorrer, causando estranheza na Prime e dando a entender que diversos dos princípios que regem a administração pública passaram a ser simplesmente ignorados e desrespeitados", informou o denunciante.

"O processo administrativo de n.º 03100.054971/2020 (Alvará) que vinha tramitando regularmente até o momento em que, antes da juntada do parecer técnico conclusivo acerca do projeto submetido à aprovação, em 15 de abril de 2021, o mesmo foi simplesmente avocado pelo atual Secretário Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, sem qualquer justificativa", declarou.

"Com o processo em seu poder, o atual Secretário Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, exarou um despacho onde suscitou fatos relativos à Certidão de Demarcação n.º 0022-/2019, expedida pela própria SEDET, determinando a remessa dos autos para a Diretoria de Informações e Geoprocessamento Territorial - DIGT para a emissão de



Secretário municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Sedet), Pedro Vieira

uma nova certidão demarcatória, valendo destacar que a certidão acima mencionada é oriunda do processo administrativo de n.º 03100.011858/2019 (Certidão Demarcatória), que tramitou regularmente perante a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – SEDET e, estranhamente, renasceu após mais de 02 (dois) anos de sua conclusão", disse.

"Estranhamente, nesse mes-

mo parecer, a Diretoria de Informações e Geoprocessamento Territorial – DIGT, afastando-se de suas atribuições funcionais, passou a suscitar a existência de uma "restrição ambiental" no imóvel, sob o argumento que o mesmo seria cortado por uma Área de Preservação permanente decorrente do Rio Jacarecica, indo de encontro à posição anteriormente adotada pela própria Sedet, quando da análise do processo administrativo n.º

3100.072528/2020, que teve como objeto o Licenciamento Ambiental Prévio do empreendimento, onde consta o Relatório de Análise Técnica (Parecer n.º 691/2020), onde declarava expressamente que o imóvel NÃO se encontra em Área de Preservação Permanente, concluindo então pela viabilidade ambiental do empreendimento e opinando pela concessão da Autorização Ambiental Prévia, esta já emitida sob o n.º 063/2020", detalhou.

SEGUNDAS INTENÇÕES

Laudos foram solicitados para barrar empreendimento

Pedro Vieira estaria participando de vingança

"O secretário Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, conforme manifestado em algumas reuniões, as medidas adotadas pelo mesmo partiram de uma denúncia formulada pela pessoa de Antonio Almeida de Oliveira, figura já bastante conhecida no mercado imobiliário de Alagoas, esta protocolada, com o mesmo teor e de forma praticamente concomitante, na Superintendência do Patrimônio da União em Alagoas, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – SEDET e no Ministério Público Federal", declarou a empresa denunciante.

"A Sedet, mesmo após o recebimento da dita denúncia, jamais

comunicou a PRIME acerca da existência da mesma, providência essa que deveria ter sido adotada de forma automática", enfatizou.

"Existem inclusive indícios de contratação de uma empresa terceirizada, não se sabe se através do próprio Município de Maceió ou do próprio Secretário Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, tampouco a forma de contratação, visando fazer um levantamento técnico ambiental acerca da localização do empreendimento, em relação ao Rio Jacarecica, muito provavelmente para se contrapor ao parecer dos técnicos da própria Sedet que opinaram favoravelmente à concessão da Licença Prévia Ambiental do empreendimento", finalizou.



ESTADO DE ALAGOAS

Ministério Público do Estadual

16ª Promotoria de Justiça da Capital - Fazenda Pública Municipal

Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000263-2

Portaria nº 0005/2021/16PJ-Capit

A 16ª Promotoria de Justiça da Capital - Fazenda Pública Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição da República; artigo 8º, §1º, da Lei Nacional nº 7.347/85; artigos 25, I, "b", e 26, I, da Lei Nacional nº 8.625/93 e artigo 2º, §4º, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, da lavra do Conselho Nacional do Ministério Público, **nos autos da Notícia de Fato nº 01.2021.00002272-8**, que noticia suposto ato de improbidade administrativa por parte do Secretário Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente;

LBV É ESPERANÇA NA PANDEMIA!

10 milhões de brasileiros já estão lutando contra a fome.
Junte-se à LBV para que esta não seja a próxima pandemia.

Veja em **LBV.org** como ajudar

